

ASSEMBLEIA REJEITA CONTRAPROPOSTA APRESENTADA



Em assembleia hoje na sede da AEEL, foi rejeitada pela maioria dos trabalhadores e trabalhadoras a contraproposta apresentada pela empresa em rodada de negociação realizada ontem em Brasília. Clique aqui e o Boletim do CNE com a proposta.

Na oportunidade, a mesa composta pela representação dos trabalhadores, diretoria da AEEL, SINTERGIA, SENGE, SINDECON E SINAERJ, esclareceram que a contraproposta atual foi a última num processo de negociação que se estende desde maio. Esclareceram que em caso de rejeição, o processo seguirá para judicialização.

Desse modo, prevalecendo a vontade na maioria dos presentes partimos agora para a greve por tempo indeterminado a partir de segunda-feira, 18/07.

Lembramos que haverá comitês de convencimento nas portarias.

Por fim, pedimos a todos que não esqueçam de levar para casa seus pertences, receitas, pedidos de exame e etc, para que não haja inconvenientes nas portarias dos prédios durante a greve.



Uma representação forte se faz com associados unidos e mobilizados!

UNAM-SE A NÓS NA LUTA PELOS NOSSOS DIREITOS, ASSOCIE-SE: [ficha de inscrição](#)

A Diretoria, em 15 de julho de 2016.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL





Após forte mobilização dos trabalhadores Direção da Eletrobras apresenta proposta para o ACT 2016/2017

Após três rodadas frustradas na negociação do ACT 2016/2017 e da suspensão das negociações por parte da Eletrobras, a categoria eletricitária aguardava a realização de mais uma rodada de discussão do acordo, na tarde do dia 14 de julho, em Brasília. A Direção da Eletrobras chegou à mesa com a mesma proposta que já havia sido rechaçada pelos trabalhadores em outra oportunidade, já que não contemplava nem ao menos o IPCA.

No decorrer da reunião, o Coletivo Nacional dos Eletricitários se posicionou afirmando que somente aceitaria discutir uma proposta que fizesse a reposição da inflação do período de 2015/2016. Após muita argumentação do CNE e inúmeras idas e vindas que foi até a noite, chegou-se a proposta final da Eletrobras, que está assim estruturada, nos aspectos financeiros:

- **Acordo com vigência de 24 meses, mantendo a data base em maio;**
- **reajuste de 5% sobre o salário de 30/4/2016, aplicado na folha de julho, retroativamente a 1º de maio;**
- **reajuste de 4,28% sobre o salário de 30/4/2016, aplicado na folha de novembro;**
- **reajuste do ticket alimentação em 9,28% retroativamente a maio/2016;**
- **02 talões de ticket alimentação, a serem pagos em julho/2016 e outubro/2016.**
- **reajuste dos benefícios pelos mesmos índices e nas mesmas datas do reajuste dos salários;**
- **garantia do reajuste pelo IPCA pleno em maio de 2017;**
- **01 talão de ticket alimentação em maio de 2017;**
- **01 talão de Ticket a ser negociado em 2017**
- **Não desconto dos cinco dias parados**

O CNE entende que, apesar do reajuste ser pago em duas parcelas, garante a reposição integral da inflação pelo período de dois anos. A definição da segunda parcela, de 4,28% em novembro de 2016, encerra uma perda de massa

salarial da ordem de 25% de uma remuneração. No entanto, o Coletivo também entende que existem vários aspectos positivos no conjunto geral da proposta, como: a manutenção e garantia dos benefícios, a renovação dos acordos específicos pelo período de 24 meses; a reposição do IPCA pleno na data base maio/2017; a ampliação da licença paternidade para 30 dias, dentre outros.

A avaliação do CNE é que considerando a conjuntura nacional, a instabilidade político-econômica do momento presente; as dificuldades financeiras enfrentadas pela Eletrobras e suas subsidiárias; a perspectiva de reestruturação e troca de comando das empresas, este acordo com a garantia de benefícios e reposição integral da inflação pelo período de 24 meses vai proporcionar condições mais favoráveis para o enfrentamento de muitas outras demandas que virão, por conta das ameaças de privatização do setor elétrico estatal.

PLR 2015

Nesta reunião do dia 14 de julho a Eletrobras também apresentou proposta com datas para pagamento da parte incontroversa da PLR, e deixou assinado um termo de compromisso para continuidade das negociações a respeito da parte controversa. Desta forma, as empresas estão autorizadas a fazer o pagamento da PLR 2015, de acordo com seu fluxo de caixa.

ASSEMBLEIAS PARA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

No período de **15 a 19 de Julho** deverão ser realizadas assembleias deliberativas, com o indicativo do CNE pela aprovação da proposta. É fundamental destacar que independente do resultado das assembleias, estão de parabéns todos aqueles companheiros (as) que apostaram na Mobilização, na Negociação e principalmente na UNIDADE do CNE. Pois, ao trabalhador nada é dado, tudo é conquistado! Parabéns ao Coletivo pela maturidade política e a luta continua!